



PROTAGONISMO MARGINAL E RESISTÊNCIA FEMININA DURANTE A DITADURA MILITAR DO BRASIL

Lorena de Oliveira – Mestranda em Direitos Humanos pela Universidade Federal de Goiás – UFG¹

Contato: oliveiralorena@discente.ufg.br

RESUMO DO TRABALHO

O trabalho investigou como se dava a resistência de mulheres durante a Ditadura Militar no Brasil, evidenciando como questões de gênero se faziam presentes tanto na própria luta pela derrocada do regime, quanto dentro da organização do movimento e nas relações entre os militantes. Para tanto, utilizou como metodologia revisão bibliográfica referente aos movimentos de resistência à Ditadura Militar brasileira, bem como a análise de narrativas de mulheres que denunciaram como o gênero interferia em sua atuação enquanto militante. Dentre os resultados encontrados, o trabalho destaca que o fato de ser mulher modificava a atuação das militantes nos grupos de resistência, desde a definição de tarefas básicas até a distribuição de armamentos para os combates. Assim, foi possível evidenciar que ao mesmo tempo em que o gênero era visto como um fator limitador às mulheres, também lhes proporcionava ferramentas únicas de atuação, já que eram consideradas menos perigosas e suspeitas para obterem informações, acarretando-lhe conseqüentemente um protagonismo marginal nas operações de resistência. O trabalho pode contribuir na perspectiva de formas criativas de resistência, destacando que, apesar da dor e dificuldades vividas, aquilo que num primeiro momento é visto como limitação, pode ser (re) lido como potência para luta.

Palavras-chave: Ditadura Militar, Feminismo, Resistência.

Introdução e Referencial Teórico

Este trabalho é parte de um estudo maior que investiga se (e como) a linguagem de direitos humanos durante a Ditadura Militar no Brasil foi usada pelas militantes feministas². Durante a investigação, foi possível notar que os papéis de gênero se relacionavam e se impunham como ferramentas de luta das feministas, podendo ser, ao mesmo tempo, um fator limitador e ampliador de sua potência. Por este motivo, essa questão passou a ser especificamente investigada, partindo dos referenciais teóricos sobre a luta pela anistia, principalmente de Heloísa GRECO e relacionando-os com estudos que se referiam à memória e aos relatos de quem não só viveu, mas também resistiu durante o regime ditatorial. Nestas leituras destacamos os trabalhos de Tatiana MERLINO e Igor ORZEDA, Albertina COSTA e Denise ROLLEMBERG, dentre outros. Essa análise também necessitou de relações diretas com obras já bastante

¹ Integrante do Grupo de Pesquisa Direito e Sexualidade (UFBA/CNPq) e Dialogus – Gênero, Trabalho e Cultura (UFCAT/CNPq);

² Trabalho realizado como avaliação em disciplina “Democracia e Direitos Humanos: Ditadura e Justiça de Transição no Brasil”, do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Direitos Humanos da Universidade Federal de Goiás.



debatidas no feminismo, como o conceito de gênero proposto por Joan SCOTT, e de outras diretamente relacionadas com a Ditadura Militar brasileira, entre as quais se destacam a visão sobre a luta de mulheres neste período de Maria Amélia TELES e Joana PEDRO.

Assim, trata-se de um estudo que busca compreender como os papéis de gênero foram sentidos e reconstruídos pelas militantes na luta contra o regime ditatorial, evidenciando que o processo de resistência esteve pautado em um protagonismo marginal de mulheres, as quais não alcançavam postos de liderança, mas ocupavam papéis essenciais na obtenção de informações cruciais à luta pela anistia.

Metodologia

Como metodologia foi utilizada a revisão bibliográfica, traçando um contraponto entre as obras apontadas anteriormente e observando suas vias de intersecção. Dentre as obras trabalhadas, destacam-se as que se remetem às narrativas, da qual se extrai a memória das militantes e as incorpora à teoria feminista para compor o objeto de estudo. As narrativas se mostram como ferramenta essencial de análise, pois introduz ao trabalho a visão e experiência, as quais enriquecem o debate teórico ao trazer elementos específicos das vivências. Trabalhar com a análise de narrativas também se mostra um desafio intimamente ligado com o direito à memória e no compromisso de fazer jus ao que foi relatado, preservando a verdade denunciada ao relacioná-la com pontos teóricos não diretamente explícitos.

Este ponto, particularmente, mostrou-se algo desafiador, pois muitas das mulheres que contribuíram com os relatos não se identificavam como feministas na época. Assim, a revisão bibliográfica foi utilizada como possível compreensão para esse fenômeno, evidenciando que havia certo preconceito com o feminismo liberal e branco predominante na época. Ainda, a luta pela anistia se mostra primordial sobre quaisquer outras lutas, as quais foram alocadas em segundo plano para garantir o bem maior em busca da democracia.

Assim, as narrativas e análise de bibliografia foram as ferramentas empregadas para se depreender o objeto de estudo proposto, mostrando como os papéis de gênero limitavam as mulheres dentro do próprio ambiente de luta, mas também lhes



proporcionaram ferramentas únicas de resistência, ponto que será desencadeado a seguir.

Resultados e Discussão

Do trabalho original do qual este se derivou, foi possível perceber que houve um ponto de encontro entre o movimento feminista e a linguagem de direitos humanos na ditadura militar brasileira, qual seja: a anistia. Porém, destaca-se que esse encontro é algo nebuloso, pois ocorre em pontos de intersecções indiretas entre ambos os movimentos. Ou seja: o encontro ocorria quando o feminismo se afastava das reivindicações principais relacionadas às pautas próprias das mulheres brasileiras, para juntar-se à luta pela anistia e pelo fim da ditadura militar, a qual se alinhava à luta pelos direitos humanos, também centrado no fim da estrutura repressiva.

Deste modo, têm-se dois movimentos de luta, cada qual com suas próprias reivindicações e características, mas que se interseccionaram quando o objetivo de luta, na realidade brasileira e da América Latina, passou a ser a anistia e o fim do regime ditatorial.

Observa-se também que a luta feminista estava ainda mais permeada de peculiaridades, as quais vão além de sua localidade. Neste sentido, tornou-se bastante evidente que as feministas, além de se alinharem aos propósitos da anistia e fim da ditadura, lidavam também com a opressão de gênero, principalmente aquelas que participavam dos movimentos de resistência e da luta armada, acarretando em mudança de estratégia e comportamento dos militantes. Essa mudança no posicionamento e na forma de luta durante o regime ditatorial resultou na preponderância de atitudes de reivindicação e maiores exigências por parte dos militantes no contexto ditatorial. Com isso, os confrontos armados e grupos de resistência ganharam destaque na luta contra a Ditadura Militar no Brasil.

Já há um tempo bibliografias sobre o tema têm apontado o protagonismo de mulheres nos movimentos de resistência, seja na luta armada, ações políticas ou nos setores populares (TELES, 2014). Entre as várias características evidenciadas da análise das militantes, destacam-se os papéis de gênero presentes no próprio movimento de luta e o que pode ser entendido como protagonismo marginal das mulheres. Fala-se em “marginal”, pois a presença de mulheres nos movimentos de resistência esteve sempre



permeada a papéis de gênero, mesmo entre os próprios militantes. Desta forma, é possível compreender que ser mulher, mesmo no espaço político de luta por direitos humanos e pelo fim da ditadura militar, trazia consigo as marcas da dominação masculina.

Neste sentido, há vários relatos em que as militantes descrevem como os papéis de gênero eram usados nas lutas armadas e operações, por exemplo, o fato de as mulheres conseguirem ingressar em órgãos facilmente por não serem vistas como potenciais líderes dos grupos de resistência e, ainda, por

oferecer o seu próprio corpo, muitas vezes insuspeito porque feminino, para levar bilhetes de presos e seus familiares ou recados das organizações, para seduzir perpetradores de seus entes queridos e arrancar benefícios (ROVAI, 2013, p. 122).

Desta forma, as militantes “investiram-se do papel tradicional, respaldadas no imaginário coletivo, de cuidadoras, defensoras das famílias e preservadoras da memória como sua atribuição social” (ROVAI, 2013, p. 124). Ou seja, os próprios papéis de gênero que eram delas esperados foram usados como artimanhas no processo de resistência e luta contra a ditadura militar brasileira.

Com isso, compreende-se que o reforço de papéis de gênero desencadeou às mulheres, concomitantemente, ferramentas de luta particulares à sua condição de ser mulher. No entanto, concomitantemente, gerou a necessidade de haver uma resistência feminista dentro dos próprios movimentos e entre seus companheiros de luta. Assim, havia também uma luta interna, fundamentada na oposição às opressões machistas percebidas nas organizações de resistência. Deste modo, verificava-se um “descompasso entre o ideal feminista e a concepção política da esquerda brasileira” (ROVAI, 2013, p. 115). Tal fato trouxe também consequências para os relatos e imaginários do contexto da luta contra a ditadura militar, uma vez que

o imaginário sobre a guerrilha é, muitas vezes, masculinizado e viril, reforçado por inúmeros trabalhos que pouco tratam da presença feminina nos quadros dos grupos clandestinos que se opuseram à ditadura militar (ROVAI, 2013, p. 112)



Partindo destas considerações, foram analisadas narrativas de mulheres que participaram dos movimentos de resistência, com o intuito de conceituar e evidenciar como esse protagonismo marginal pôde ser percebido, o que será demonstrado a seguir.

Primeiramente, destaca-se o relato de Vera Sílvia de Araújo Magalhães, guerrilheira que ficou conhecida por comandar o sequestro do embaixador norte-americano Burke Elbrick em 1969 (TELES, 2014), dentre outros feitos. Ao relatar sua experiência, Vera Sílvia foi clara ao afirmar que somente foi escolhida para liderar porque ser mulher fazia dela menos suspeita que os integrantes homens, “tendo em conta os preconceitos que existem na sociedade a respeito da mulher, a quem dificilmente se associa com uma revolução armada” (TELES; LEITE, 2013, p. 14). No entanto, Vera Sílvia foi uma das guerrilheiras que se destacaram no movimento armado e tornou-se um referencial para as/os demais militantes. Assim, vê-se que apesar de o reconhecimento pela atuação no movimento de resistência ter sido pautado também no destaque que Vera Sílvia teve na luta armada, o fator preponderante para sua liderança foram as peculiaridades que o fato de ser mulher lhe propiciavam. Isso porque, ela detinha a facilidade de despistar suspeitas, já que a sociedade, de forma geral, espera das mulheres comportamentos delicados e gentis, os quais se contrapõem às características intrínsecas de um movimento armado.

Ainda, a partir do trabalho de Marcelo Siqueira RIDENTI (1990), tem-se outro relato de Vera Sílvia, no qual ela discorre sobre como os papéis de gênero foram cruciais para o andamento das operações, inclusive do sequestro do embaixador norte-americano, o qual esteve à frente, relatando que

Eu fui sozinha fazer o levantamento do sequestro do americano. Fui de mini-saia, vestida de empregada doméstica, conquistei o Chefe da segurança do embaixador, ele me achou engraçadinha, me deu todas as informações. [...] Em todas as ações eu tive um papel bem feminino, que evidentemente facilitava a ação, por isso eu aceitava. Mas eu discutia isso no organismo, queria no mínimo uma cobertura, ir sozinha era um tremendo risco. (RIDENTI, 1999, p. 116)

Esse uso dos papéis de gênero e as formas com que o machismo e sexismo era percebido nos movimentos também foi relatado por Vera Sílvia:

Eu era mulher, portanto, fazia todos os levantamentos com o papel de mulher que a sociedade me atribuía. Por exemplo, eu seduzia o gerente do banco para uma conversa, para ir jantar à noite, saber as informações do dia de



pagamento, etc. Eu que me virasse, se não quisesse dar o desfecho àquela conversa inicial, o que evidentemente não iria querer. O interesse era só pelas informações. Mas vivi situações bastante complicadas, sozinha. A função feminina eu cumpria exatamente como precisava. Na hora da ação, todo mundo tinha metralhadora, ou 38. A mim, cabia o pior revólver. Até que, no final, eu ganhei uma metralhadora, uma metralhadora, uma grande conquista individual. (RIDENTI, 1999, p. 115)

O trecho acima relata como o protagonismo das militantes se dava de uma maneira marginalizada e também como o machismo era vivenciado pelas militantes dentro dos próprios movimentos. Ao discorrer sobre o “papel da mulher que a sociedade me atribuía”, compreende-se que Vera Sílvia se refere aos papéis de gêneros decorrentes da construção social, ou seja, a “um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos” e “uma forma primária de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1995, p. 86). Assim, as relações de poder são fundamentais para a construção do imaginário social referente às identidades e comportamentos esperados de homens e mulheres, de modo que tais representações foram utilizadas como ferramenta de camuflagem pelas militantes. Deste modo, foi possível evitar suspeitas durante as operações do movimento de resistência ao regime ditatorial.

Porém, essa mesma relação repercutia no próprio movimento, ao passo em que as militantes eram preteridas, por exemplo, na distribuição dos armamentos, conforme narrado. Essa desigualdade pode ser entendida como um dos reflexos da relação de poder existente entre homens e mulheres, decorrentes do machismo e sexismo, os quais estão estruturalmente postos na sociedade da época e atual. Assim, a dominação masculina presente no ambiente social era refletida entre os homens e mulheres dos movimentos de resistência, gerando desigualdades pautadas em gênero entre os militantes. Logo, cabia às militantes usarem seus corpos e se sujeitarem ao risco de violações sexuais em prol da obtenção de informações que pudessem contribuir para as operações, já que tais artimanhas não seriam eficazes se empregadas pelos militantes homens.

O machismo nos grupos de resistência também pôde ser percebido de outras formas. O relato de Zuleika Alambert, militante marxista brasileira, também o evidencia, ao discorrer sobre as acusações que sofreu e da forma como sua imagem foi construída pela imprensa da época:



Eles não publicavam coisas que eu tivesse feito ou que me fossem atribuídas, publicavam só minha foto e com o letrero: ‘Bela do Terror’. Você vê que é toda aquela trama feita em cima da mulher. Teve um outro caso que saía assim: ‘a loura da metralhadora’, ‘loura dos assaltos’. Essas pelo menos localizavam em ações definidas, eu nunca, nunca fui acusada de ter feito nada. O meu caso foi fundamentalmente ter sido uma das primeiras mulheres e ser descoberta. No momento do primeiro golpe na esquerda armada em 1969 havia poucas mulheres, pelo menos conhecidas. Eu lia todos os jornais para ver se transparecia um pouco do que eles sabiam, e cheguei à conclusão de que a acusação contra mim era ser mulher” (COSTA *et al*, 1980, p. 208).

Esse trecho também ressalta o protagonismo marginal das militantes, pois, apesar de estarem encabeçadas e ativas nos grupos armados de resistência, o destaque dado a elas era pelo fato de ser mulher e não por seus feitos enquanto militantes. Desta forma, a imprensa construía uma imagem de militante que se afastava do imaginário social acerca do feminino, o que é percebido ao denominá-la como “loura da metralhadora” ou “loura dos assaltos”. Como bem dito por Zuleika Alambert, não havia uma acusação direta sobre possíveis crimes por ela cometidos; ela era destacada por ser uma mulher militante; uma mulher fora do papel de gênero esperado pela sociedade. Mais uma vez, essa construção da imagem da militante a isentava de acusações, o que era visto como um benefício para o movimento de resistência, sendo, portanto, uma artimanha obtida pelo fato de ser mulher, ou seja: decorrente dos papéis de gênero.

Ademais, destaca-se que o protagonismo das mulheres também poderia ser percebido além dos grupos armados de resistência e mesmo entre aquelas que não se denominavam militantes; tampouco feministas. Foram as mães, irmãs, esposas e jovens universitárias que se articulavam no repasse de informações, oferecendo abrigos, ou fingindo animosidade com militares para afastarem possíveis suspeitas de seus lares. Houve movimentos emblemáticos neste sentido que reuniram numerosa quantidade de indivíduos, sobretudo de mulheres, como a União das Mães contra a Violência. Esses movimentos foram identificados pela bibliografia como “femininos” e não feministas, destacando que seu propósito maior não era articular uma radical resistência à ditadura brasileira, mas sim de lutar por pautas específicas, por exemplo, contra a repressão suportada pelos seus familiares (RIDENTI, 1990).

Desta forma, entende-se que o protagonismo das militantes no contexto da ditadura militar se deu de variadas formas, já que estavam inseridas em grupos armados, em movimentos específicos, ou se articulavam nos espaços comuns de vivência, oferecendo um auxílio indireto. Porém, em todos estes eixos é possível compreender



que os papéis de gênero estiveram presentes, ora se apresentando como ferramenta útil ao movimento, ora criando a necessidade de se impor dentro do próprio movimento de resistência, ora limitando mulheres às ações indiretas do espaço comum de vivência. Com isso, sem dúvidas, pode-se compreender que as mulheres representaram uma força única no contexto de luta contra a ditadura militar brasileira.

Por mais que o protagonismo das militantes e das mulheres, em geral, não seja percebido em números ou na ampla ocupação das posições de destaque nos movimentos, a sua presença às margens do movimento permitiu articulações, obtenção de informações e auxílios essenciais para a derrocada. É por este motivo que se fala em um protagonismo marginalizado. Ao ingressarem em movimentos de extrema esquerda, ou desconstruindo o cotidiano de dona de casa, as mulheres tentaram romper o cotidiano da violência de gênero presente na sociedade e passaram a lutar contra ela e contra o regime. Ainda, lutaram contra ambos de forma sobreposta, ao se depararem com o machismo dentro do próprio movimento. Desta forma, “a participação feminina nas esquerdas armadas era um avanço para a ruptura do estereótipo da mulher restrita ao espaço privado e doméstico, enquanto mãe, esposa, irmã e dona-de-casa, que vive em função do mundo masculino” (RIDENTI, 1990, p. 114), contribuindo à sua maneira para a construção do movimento feminista que iria emergir logo em seguida no Brasil, fortificado pela experiência na luta contra a ditadura militar.

Considerações Finais

Partindo de ponto específico da luta contra o regime ditatorial, foi evidenciado como o próprio movimento de resistência se mostrou um ambiente machista. Mesmo arriscando suas vidas nos movimentos de resistência, as mulheres ainda lidavam com a luta diária por sua igualdade de condições e de forças. Assim, os papéis de gênero femininos esperados serviram também como verdadeira artimanha para que desempenhasse um protagonismo marginal pela derrocada da ditadura militar no Brasil. Logo, vê-se que sem a participação das mulheres, mesmo que de forma estereotipada, missões essenciais jamais teriam sido realizadas, sendo necessária reconhecer a importância da dupla luta feminina neste período, ou seja: dentro e fora do movimento de resistência e entre seus companheiros de luta.

Referências bibliográficas



COSTA, Albertina de O; et all (org.). *Memória das mulheres do exílio*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.

GRECO, Heloísa, *Dimensões Fundacionais da Luta pela Anistia*. Tese de Doutorado em História. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte: 2003.

MERLINO, Tatiana; OJEDA, Igor, orgs: *Direito à memória e à verdade: Luta, substantivo feminino*. Tatiana Merlino. São Paulo: Editora Caros Amigos, 2010.

PEDRO, Joana Maria. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978). *Rev. Bras. Hist.*, São Paulo, v. 26, n. 52, p. 249-272, dez. 2006. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882006000200011&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 18 jan. 2021.

_____. Narrativa do feminismo em países do Cone Sul (1960-1989). In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Sheibe. *Gênero, Feminismos e Ditadura no Cone Sul*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010. p. 115-137.

RIDENTI, M. S. As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo. *Tempo Social, [S. l.]*, v. 2, n. 2, p. 113-128, 1990. DOI: 10.1590/ts.v2i2.84806. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/84806>. Acesso em 31 out. 2020.

ROLLEMBERG, Denise. *Exílio entre raízes e radares*. Rio de Janeiro. São Paulo: Editora Record, 1999.

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. O direito à memória: a história oral de mulheres que lutaram contra a ditadura militar (1964 - 84). *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 5, n.10, jul./dez. 2013. p. 108 - 132.

SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*; tradução Guacira Lopes Louro. Paris: Editions Tierce, 1988.



TELES, Maria Amélia de Almeida. O protagonismo de mulheres na luta contra a ditadura militar. *RIDH*, v. 2, n. 2, p. 9-18, 2014. Disponível em <https://www3.faac.unesp.br/ridh/index.php/ridh/article/view/173/97>. Acesso em 31 out. 2020.